



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS DE GUANAMBI

Distrito de Ceraíma, s/n – Zona Rural - Cx Postal 09 - CEP: 46430000 – Guanambi/BA
E-mail: licitacoes@guanambi.ifbaiano.edu.br

CONTRATO 02/2018

A União, por intermédio do (a) **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Guanambi**, com sede no (a) Distrito de Ceraíma – Zona Rural S/N, na cidade de Guanambi/BA, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 10.724.903/0004-11, neste ato representado (a) pelo (a) Diretor Geral, Roberto Carlos Santana Lima, nomeado(a) pela Portaria nº 332, de 18 de março de 2014, publicada no *DOU* de 19 de março de 2014, inscrito(a) no CPF nº 393.369.645-34, portador(a) da Carteira de Identidade nº 0402910060, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **CS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.833.880/0001-36, sediada à Rua Miguel Gustavo, nº 227, Brotas, Salvador/BA, CEP 40.285-010, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Renato Barreto Martinez, portador da Carteira de Identidade nº 09100319-91, expedida pela SSP/BA e CPF 958.220.037-53, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23330.000848/2017-59**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão 35/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza e conservação, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/ POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES
Limpeza e conservação	Instituto Federal Baiano Campus Guanambi	10 servente	07:30 as 11:30. 13:30 as 17:30.	44 horas semanais	R\$ 3.489,61 por servente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 01/01/2018 e encerramento em 31/12/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 34.896,13 (Trinta e Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais e Treze Centavos, perfazendo o valor total anual de R\$ 418.753,56 (Quatrocentos e Dezoito Mil, Setecentos e Cinquenta e Três Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26404/158442

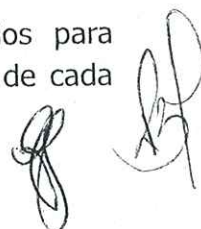
Fonte: 0112000000

Programa de Trabalho: 108806

Elemento de Despesa: 339037

PI: L20RLP01FIJ

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada



exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva



que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA



efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

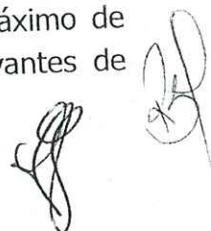
6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.



6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 20.937,68 (Vinte Mil, Novecentos e Trinta e Sete Reais e Sessenta e Oito Centavos)**, equivalente a 5% do valor total do Contrato, na modalidade de **Seguro-Garantia**, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

7.1. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido nos Anexos VII e VII B, da Instrução Normativa SLTI/MP n. 05/2017 e no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

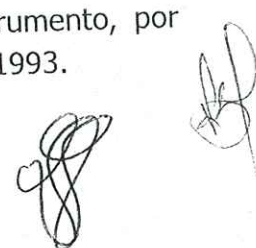
13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Bahia, Subseção de Guanambi, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Guanambi/BA, 26 de Dezembro de 2017.

Jadson Costa Silva
Diretor Geral Substituto



CONTRATANTE: *Jadson Costa Silva*
Roberto Carlos Santana Lima
DIRETOR GERAL
INSTITUTO FEDERAL BAIANO-CAMPUS GUANAMBI

CONTRATADA: *Renato Barreto Martinez*
NOME: RENATO BARRETO MARTINEZ
CS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Testemunhas:

C.P.F.

C.P.F.



da Lomba do Pinheiro. Data da Assinatura: 31/10/2017. Data da Publicação no DOU: 31/01/2018. Nº do Processo: 136.987. Objeto: Recolhimento pela Destinação, na Unidade de Triagem de resíduos recicláveis descartados pelo Destinatário, sua separação, classificação (como papel, metal, plástico e outros) e encaminhamento à reciclagem, conforme dispõe o decreto nº 5.490 de 25 de outubro de 2006. Vigência: O presente termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contando a partir da data da assinatura, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, mediante aditamento, até o limite de sessenta (60) meses. Eventual desinteresse na prorrogação deverá ser manifestado por escrito com sessenta (60) dias de antecedência.

EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 138.773 - Aquisição de vitamina D3 - Colecalciferol gotas. Contratada: Genésio A. Mendes & Cia Ltda - R\$ 9.924,00. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV, Lei 8.666/93. Autorização: 25/01/18 - Ratificação: 30/01/18. Autoridade Ratificadora: Jorge Luis Bajerski

Processo nº 138.772 - Aquisição de secuninumabe 150mg/ml. Contratada: Genésio A. Mendes & Cia Ltda - R\$ 5.098,53. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV, Lei 8.666/93. Autorização: 25/01/18 - Ratificação: 30/01/18. Autoridade Ratificadora: Jorge Luis Bajerski

Processo nº 138.650 - Aquisição de expensor de pele formato anatômico c/válvula inclusa 500ml. Contratada: F. Ribeiro & Cia Ltda - R\$ 3.396,60. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV, Lei 8.666/93. Autorização: 24/01/18 - Ratificação: 29/01/18. Autoridade Ratificadora: Simone Dalla Pozza Mahmud

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 2/2018

A pregoeira do IBC torna público o resultado de julgamento declarando vencedoras as empresas: OFTALMOFARMIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA EPP com o valor global de R\$ 22.139,50, GIGANTE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - EPP com o valor global de R\$ 25.350,00 e DBV COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - ME com o valor global de R\$ 22.950,00. Informo que os itens 02, 03 e 07 foram cancelados. Os autos encontram-se à disposição dos interessados para vistas.

ELAINE SOUZA DA SILVA

(SIDE - 30/01/2018) 152004-00001-2018NE000810

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DO ACREAVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 46/2017

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 18/01/2018. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos para os laboratórios de Biologia, Química, Informática, Anatomia e Fisiologia Animal e Propagação de Plantas e Solos com o objetivo de suprir as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, no atendimento dos cursos técnicos ao Ensino Médio, Bacharelados e Licenciaturas nos quais são ministradas as disciplinas de Biologia, Química e Anatomia e Fisiologia Animal, Propagação de Plantas e Solos.

ANTONIO JOSE DE SOUZA
Coordenador de Compras e Contratos

(SIDE - 30/01/2018) 158156-26425-2017NE800378

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 18/2017

PARTES CONVENIENTES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), CNPJ Nº 10.918.674/0001-23 e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, CNPJ Nº 04.018.560/0001-24. OBJETO: O presente convênio tem por objeto propiciar aos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, Campus Xapuri, regularmente matriculados, a realização de estágio obrigatório, possibilitando ao estagiário adquirir experiência e desenvolver atividades práticas relacionadas a sua área de formação. VIGÊNCIA: A duração deste convênio é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura. Prazo este que poderá ser alterado, mediante termo aditivo, ou rescindido, de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2017. SIGNATÁRIOS DO INSTRUMENTO: Rosana Pereira Luz da Silva - Diretora Geral Substituta do Campus Xapuri, da Instituição de Ensino IFAC e Reginaldo da Silva de Souza - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo doravante denominada Instituição Concedente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032018013100035

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE ALAGOASAVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 10/2017

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 19/12/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação a o de pessoa jurídica para prestação a o de serviços continuados de reprografia incluindo impressa o, digitalização a o e reprodução a (o pia), com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, seus acessórios e consumíveis, com sistema de gerenciamento e pessoal qualificado para manutenção a o preventiva e corretiva, instalação a o dos equipamentos, suporte técnico local e orientar a o de usuários no uso dos equipamentos, substituir a o de equipamento

ENOCH FREITAS DA SILVA
Pregoeiro

(SIDE - 30/01/2018) 158147-26402-2018NE800108

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 20/2017

O Instituto Federal de Alagoas torna público o resultado do pregão supracitado que tratou da aquisição de scanners para AFD. A empresa 4U DIGITAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA foi a vencedora do certame.

DANIEL CABRAL DE ALMEIDA
Coordenador de Licitações

(SIDE - 30/01/2018) 158147-26402-2018NE800108

CAMPUS SATUBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 158382

Número do Contrato: 1/2017. Nº Processo: 23041037169201612. PREGÃO SRP Nº 17/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CNPJ Contratado: 12039966000111. Contratado: LINK CARD ADMINISTRADORA DE -BENEFÍCIOS EIRELI. Objeto: Registrar a prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses e a redução da taxa de administração do Contrato nº 01/2017 - IFAL Campus Satuba. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 26/01/2018 a 26/01/2019. Data de Assinatura: 26/01/2018.

(SIDE - 30/01/2018) 158147-26402-2017NE800074

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 158382

Número do Contrato: 9/2016. Nº Processo: 23041037169201618. PREGÃO SRP Nº 19/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CNPJ Contratado: 03506307000157. Contratado: TICKET SOLUCOES HDTGT S/A - Objeto: Registrar a prorrogação da vigência do Contrato nº 09/2016 - IFAL Campus Satuba pelo período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 29/12/2017 a 29/12/2018. Data de Assinatura: 29/12/2017.

(SIDE - 30/01/2018) 158147-26402-2017NE800074

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DA AMAPÁ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo no 23228.001106/2017-18. Ata de Registro de Preços no 01/2018 - IFAP. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação. Órgão Gerenciador: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - Reitoria. UASG: 158150. Fornecedor: EPIFANIO & MONTEIRO CIA LTDA - EPP CNPJ: 04.753.848/0001-42. Item Registrado: 01, 02, 03 e 04. Fundamento Legal: Lei no 8.666/93, Decreto 5.450/2013, 8.538/2015 e Pregão 31/2017. Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura. Data da Assinatura: 26/01/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018
AO CONTRATO Nº 02/2017 - UASG 158159

Processo nº 23228.001244/2016-16, PREGÃO Nº 01/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ - CAMPUS MACAPÁ. CNPJ 10.820.882/0002-76. Contratada: A. M. de J. N. de Araújo - EPP CNPJ: 13.030.586/0001-89. Objeto: Concessão de espaço público a título oneroso destinada a instalação de lanchonete. Tem por objetivo prorrogar a vigência do contrato por mais 02 (dois) meses. Fundamento Legal: Pregão nº 01/2017; Lei 8.666/93; Lei nº 10.520/02. Decreto 5.450/05 e demais legislações correlatas. Vigência: 27/01/2018 a 27/03/2018. Data de Assinatura: 17/01/2018

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2017 UASG 158145

Nº Processo: 23278012792201686. INEXIGIBILIDADE Nº 60/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CNPJ Contratado: 07946893000101. Contratado: AXONAL CONSULTO-

RIA TECNOLÓGICA - LTDA - EPP. Objeto: Acesso via computador ao serviço Orbit.com. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 15/01/2018 a 15/01/2019. Valor Total: R\$30.000,00. Fonte: 112915082 - 2017NE801209. Fonte: 112000000 - 2017NE801251. Data de Assinatura: 21/12/2017.

(SIDE - 30/01/2018) 158145-26427-2018NE800007

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2018 UASG 158145

Nº Processo: 23278000413201877. Objeto: Pregão Eletrônico - Serviços de gestão da frota do IFBA Reitoria e Campi com implantação e operação de sistema informatizado via internet e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético nas redes de abastecimento credenciadas para abastecimento de combustíveis (etanol, gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum, S-10 e Arla) dos veículos da frota oficial das unidades do IFBA. Total de Itens Licitados: 00018. Edital: 31/01/2018 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Av. Araújo Pinho, 39 Canela - SALVADOR - BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158145-05-1-2018. Entrega das Propostas: a partir de 31/01/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/02/2018 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SAULO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Pregoeiro

(SIDE - 30/01/2018) 158145-26427-2018NE800093

CAMPUS SALVADOR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018 UASG 158411

Nº Processo: 2327901404201775.

PREGÃO SISP Nº 4/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CNPJ Contratado: 15188785000145. Contratado: M. G. CAMPOS INDUSTRIA COMERCIO E-SERVICOS EIRELI - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção de capas de exaustão. Fundamento Legal: Lei 8666/1993. Vigência: 08/01/2018 a 08/01/2019. Valor Total: R\$23.790,00. Fonte: 112000000 - 2017NE800392. Data de Assinatura: 08/01/2018.

(SIDE - 30/01/2018) 158411-26427-2017NE800007

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA BAIANO

CAMPUS GUANAMBI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018 UASG 158442

Nº Processo: 23330001155201783.

PREGÃO SRP Nº 52/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 03506307000157. Contratado: TICKET SOLUCOES HDTGT S/A - Objeto: Prestação de Serviço de Gerenciamento e Controle de Aquisição Parcelada de Combustíveis para atender às necessidades do Campus. Fundamento Legal: Lei 10.520/02. Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018. Valor Total: R\$171.554,52. Fonte: 810000000 - 2018NE800028. Data de Assinatura: 29/12/2017.

(SIDE - 30/01/2018) 158442-26404-2017NE800008

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2018 UASG 158442

Nº Processo: 2333000084201759.

PREGÃO SISP Nº 35/2017. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAI. CNPJ Contratado: 33833880000136. Contratado: CS CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS - LTDA. Objeto: Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra e Fornecedor de Materiais Para Atender às Necessidades do Campus. Fundamento Legal: Lei 10.520/02. Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018. Valor Total: R\$418.753,58. Fonte: 810000000 - 2018NE800015. Data de Assinatura: 26/12/2017.

(SIDE - 30/01/2018) 158442-26404-2018NE800008

CAMPUS URUÇUCA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 3/2018 UASG 154617

Nº Processo: 233350000242018. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio às atividades administrativas do Instituto Federal Baiano - Campus Urucui com dedicação exclusiva de mão de obra. Total de Itens Licitados: 00013. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: O Contrato para prestação de serviços de apoio administrativo nº 13/2017 se encerrou no dia 29 de janeiro de 2018. Declaração de Dispensa em 26/01/2018. OTHON JOSE LIMA DO SACRAMENTO. Chefe do Núcleo de Licitação. Ratificação em 26/01/2018. DANIEL CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA. Diretor Geral Substituto. Valor Global: R\$ 206.691,21. CNPJ CONTRATADA: 18.363.132/0001-43. AGILE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP.

(SIDE - 30/01/2018) 154617-26404-2018NE800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.